TEOLOGIA DA INCLUSÃO A PARTIR DE At 15,1-35
Superando as barreiras da discriminação contra pessoas homossexuais

Humberto Maiztegui Gonçalves

A nossa proposta é partir da temática específica, isto é, se pessoas não judias deviam ser aceitas pela comunidade judaico-cristã primitiva e em que condições. Resgatar, então, a Teologia da Inclusão[1], que pode, hoje, ser também aplicada a novas situações, como superar a discriminação contra as pessoas homossexuais. Por outro lado, em Atos 15,1-35 aparecem condicionantes para a inclusão, cujo caráter devemos definir valendo-nos de Gálatas 2 (como paralelo histórico)[2] e de uma rápida conferência nas outras cartas do apóstolo Paulo. Vamos trabalhar o assunto de uma forma esquemática. Os esquemas podem, por sua vez, facilitar o aprofundamento posterior destas questões.

O Debate – Atos 15,1-11

O texto apresenta duas partes bem distinguidas por Lucas (o redator final). A primeira gira em torno do discurso de Pedro (v. 7b-11) e propõe o debate da questão (v. 2a e 7). Há um silêncio da assembléia (v. 12a) que antecede a um novo relato das atividades de Paulo e Barnabé (12b). Estes já haviam feito um relato antes (v. 4), de modo que se trata, a partir do v. 12, de uma segunda sessão da reunião.

O Esquema do debate sobre a inclusão

1. O contexto do debate: Reação conservadora X Alegria da inclusão (v. 1-5)

- *Reação de setores conservadores à nova prática (v. 1)*
- 1º debate de Paulo e Barnabé e a proposta de ampliar a discussão (v. 2)
- **A alegria da inclusão por parte dos excluídos (v. 3)**
- Primeiro relato de Paulo e Barnabé (v. 4)
- *Nova reação de setores conservadores (v. 5)*

1. TAMEZ, Elsa (*Contra Toda Condena. Justificación por la fe desde los excluídos*. San José, Costa Rica: DEI, 1991) trabalha a inclusão como princípio da justificação, abrindo a visão para "releer la justificación desde la perspectiva de los pobres y los excluídos por raza y sexo" (p. 58).

2. BOVON, François (*Evangelhos Sinóticos e Atos dos Apóstolos*. São Paulo: Paulinas, 1986) vincula At 15 a Gl 2: "O essencial de Gl 2, testemunho direto, sem dúvida parcial, de um dos participantes da assembléia, encontra-se em At 15" (p. 255). Veja também COMBLIN, José (*Atos dos Apóstolos*. Vol. II. Sinodal/Metodista/Vozes, 1989, p. 48). Outros defendem que Gl 2 descreve outra reunião e não a de Atos 15, como MARSHALL, H.I. (*Atos, introdução e comentário*. São Paulo: Mundo Cristão, 1988, p. 234). KÜMMEL discute ambas as teorias e chega à conclusão de que "é muitíssimo pouco provável que os dois relatos, Gl 2,1s e At 15,1s, não descrevam o mesmo acontecimento..." (*Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1982).

Esta primeira parte enfatiza a alegria da inclusão mostrando as conseqüências positivas da nova prática evangélica. Contrasta com os setores conservadores que defendem o legalismo levítico. Estes são diretamente chamados de ex-fariseus, de modo que a posição de Paulo pode ser interpretada como uma continuação da posição de Jesus em relação a este grupo, já manifesta no Evangelho. Por outro lado, a reação tem como fator positivo ampliar a discussão e dar-lhe maior profundidade teológica. Esta parte serve de marco tanto para 15,6-11 quanto para os versículos 12-35, tentando ligar essas duas formas de tratar o tema (cf. versículos 3 e 31).

2. Os argumentos teológicos da inclusão no discurso de Pedro (v. 7b-11)

- Pedro: um ex-legalista ("dentre vós") defende a nova prática inclusiva (v. 7b)*
- 1º argumento inclusivo: Deus "conhecedor de corações" ("lhes deu") (v. 8a)
- 2º argumento inclusivo: Espírito e graça "para eles assim como para nós" (v. 8b)
- 3º argumento inclusivo: não há distinção entre "nós e eles" (v. 9)
- 4º argumento inclusivo: um jugo pesado demais (v. 10)

O discurso de Pedro gira em torno de "nós", isto é, os conservadores-legalistas, e "eles", isto é, as pessoas antes excluídas e agora incluídas pela nova prática cristã. O uso de "vós" (v. 10) indica os que persistem na atitude reacionária. Isto vai culminar com o quarto argumento, presente também no discurso de Jesus contra os fariseus em Lc 11,46 (cf. também v. 5), aqui chamados diretamente de legalistas ("nómicos").

É uma opinião unânime que Lucas (em relação à Assembléia de Jerusalém) não usou os escritos paulinos diretamente como fonte[3], mas parece ter recolhido no discurso de Pedro o argumento usado por Paulo nas comunidades em seu combate contra os mesmos reacionários (Gl 5,1).

O centro do discurso e da argumentação está claramente nos versículos 8 e 9, onde se encontra um triângulo relacional: "Deus – nós – eles". O fato de Pedro iniciar a argumentação chamando Deus de "conhecedor de corações" combate a hipocrisia. Isto também está presente no discurso de Jesus (Lc 5,22; 6,8.45; 16,15). Os outros dois argumentos defendem a igualdade: "Assim para eles como para nós", e culminam com a afirmação: "Não faz distinção". Esta é outra linha de argumentação já conhecida nas comunidades inclusivas, especialmente entre os Gálatas (Gl 2,26b – que veremos mais adiante – e também 3,28-29). Vemos que os argumentos não só expressam a opinião de Pedro, mas compilam toda uma construção de inclusividade, que tem como objetivo vencer a hipocrisia e a discriminação. Os

3. KÜMMEL discute amplamente este assunto (*op. cit.*, p. 219s); e BOVON aponta diferenças entre Lucas e Paulo apesar da chamada fonte "nós" (*op. cit.*, p. 282). Vide também ANTONIAZZI, Alberto ("A pesquisa sobre os Atos dos Apóstolos, alguns resultados", em *Estudos Bíblicos* nº 3. *Atos dos Apóstolos, Ontem e Hoje*, p. 79). COMBLIN entende que a fonte de Lucas, neste caso, é diretamente a Igreja de Antioquia e, inclusive, o "decreto apostólico" só teria tido apoio nesta comunidade; cf. *Atos dos Apóstolos*, v. II (*op. cit.*, p. 51).

discursos em Atos cumprem esta função de construção teológica que, mais do que uma opinião do redator ou do orador, representa princípios já consagrados nas comunidades a partir da memória da prática de Jesus e da pregação apostólica[4]. Este discurso vem sendo trabalhado em todo o bloco central do livro de Atos (8–15), que tem como base a fonte antioquena[5]. Dentro deste bloco, isto ocorre especialmente nos capítulos 10 e 11, em relação à conversão de Cornélio e à visão de Pedro. Os argumentos centrais do discurso de Pedro já foram trabalhados nestes relatos (10,34 – não faz distinção entre pessoas; 11,15b – a igualdade do Espírito Santo e da graça). São princípios teológicos básicos que definem a natureza inclusiva da Igreja de Cristo.

3. A segunda sessão: Inclusão com limitações. Por quê?

- Silêncio (v. 12a)
- Um novo relato da prática inclusiva (v. 12b)
- Discurso de Tiago dirigido aos setores conservadores (v. 13-21)
- A delegação oficial nomeada pelo fórum (v. 22)
- O texto da carta (v. 23-29)

O silêncio com que inicia esta nova sessão lhe dá um caráter diferente da primeira. Aqui não há um debate proposto, não aparecem os argumentos conservadores e a sessão termina de forma abrupta e silenciosa após a transcrição do texto da carta. O novo relato de Paulo e Barnabé também tem características próprias: o indicativo que precede ao relato ,"escutaram", dá caráter de audiência, como quem apresenta provas em um tribunal.

O discurso de Tiago está endereçado aos setores reacionários da comunidade de Jerusalém. Tiago demonstra ser a autoridade máxima da Igreja de Jerusalém, porém deve respeitar a autoridade teológica de Pedro, mencionando-o diretamente (v. 14a). A esperança dos setores conservadores estava na manifestação de Tiago, que usa a sua mesma linguagem (Simão = Pedro; "gentios": v. 14b.17.19; "o tabernáculo caído de Davi": v. 16; "contaminação dos ídolos, uniões ilegítimas, carnes sufocadas e sangue": v. 20; Moisés, sinagoga, sábado: v. 21). Tiago procura uma fórmula[6] que, retirando a

4. COMBLIN, José (*Atos dos Apóstolos.* Vol. I : *1-12.* Comentário Bíblico N.T. Sinodal/Metodista/Vozes, 1988, p. 65) assinala que Lucas teria recolhido as tradições da Igreja de Antioquia, onde Pedro e Paulo se encontraram. O mesmo ocorre em KÜMMEL (*op. cit.*, p. 219-221). BOVON indica que há uma costura de histórias entre os capítulos 7 e 8, o que ele chama de "entrelaçamento intrincado", imediatamente nos levando ao ciclo de Pedro (At 9,32) (*op. cit.*, p. 252).

5. KÜMMEL (*op. cit.*, p. 210) relata que muitos consideram haver nos discursos de Atos 2–13 "formulações querigmáticas da Igreja primitiva".

6. Conforme MARSHALL, H.I. (*op. cit.*, p. 239), o fato de a citação que Tiago faz de Amós 9,12 ser da Septuaginta (grega), e não de textos hebraicos ou aramaicos, pode ser interpretado de três maneiras: "1) O texto não é entendido conforme seu significado original;... 2) As diferenças podem dever-se à revisão do texto hebraico para adaptá-lo à nova situação...; 3) A possibilidade de Tiago conhecer grego e fazer uso dessa versão". O autor descarta a possibilidade de ser uma referência acrescida por Lucas para dar mais força à inclusividade e tirar um pouco o caráter conservador do discurso de Tiago. No entanto, devemos considerar também essa hipótese.

circuncisão, mantenha elementos da legalidade levítica evitando a ruptura total entre os setores conservadores e a nova prática de inclusão[7]. Aqui o caráter dos argumentos é claramente circunstancial com a única intenção de evitar um cisma.

Diferente da densidade teológica dos argumentos do discurso de Pedro, que não menciona a palavra "gentios" nem nenhum aspecto da Lei, o discurso de Tiago não é uma construção mas uma solução emergencial. O caráter legal deste momento está mais na forma do que no conteúdo e tem a função de tranqüilizar setores legalistas conservadores. A delegação oficial escolhida mostra um caráter mais missionário do que fiscalizador. Isto ficará ainda mais claro na análise do trecho final (v. 30-35).

O texto em si (v. 23b-29) é ainda mais amigável do que o próprio discurso de Tiago. Não faz nenhuma menção aos termos legalistas usados por Tiago, como Moisés, sábado ou sinagoga. A expressão "os dos povos", após a menção dos locais, fica amenizada com o uso de "irmãos", assim como no fim do versículo 22. Com isto, não há distinção entre irmãos. O resto do texto censura fortemente a atitude reacionária dos conservadores que "têm causado destruição" (em grego "anaskeuazontes", traduzido por Almeida como "têm perturbado", mas cujo uso comum é bem mais forte: "destruir, perverter, reverter algo já feito"[8], v. 24) e dá grande reconhecimento ao trabalho missionário de Paulo e Barnabé, usando uma expressão forte em contraste com a autocrítica anterior ("que deram sua vida", v. 26) A menção ao Espírito Santo (v. 28) também questiona o caráter legal da carta, deixando a questão sob a regência pneumática, da qual já falamos durante o discurso de Pedro, como argumento central da Teologia da Inclusão. O versículo 29 atesta a primeira derrota da proposta reacionária em seu próprio território por duas razões: a) Não inclui a circuncisão, que era o centro das reclamações reacionárias (v. 1 e 5; cf. Atos 21,21); b) A menção do Espírito Santo, não da autoridade eclesiástica, como motivador da carta, indicando que estão isentos da lei.

As condições parecem ser, então, mais conselhos do que normas. Isto explica a alegria das comunidades inclusivas ao receber a carta, e também a ausência destas condições na prática de Paulo.

4. A alegria da inclusão e o caminho aberto para a nova prática evangélica

- Alegria ao receber a carta na assembléia (v. 30-31)
- Trabalho de ânimo e consolação de Judas e Silas (v. 32-33)
- O ensino e proclamação da Boa-Nova sem exclusões (v. 35)

7. COMBLIN atribui as restrições à manutenção da "comunidade da mesa", já que aquelas pessoas oriundas do judaísmo não aceitariam sentar à mesa com gentios impuros ou participar de refeições com carnes provenientes de templos pagãos ou com sangue. Por isso essas restrições só teriam tido peso em comunidades com forte presença judaico-cristã (p. 50-51).

8. REINECKER e ROGERS. *Chave Lingüística do Novo Testamento Grego.* São Paulo: Vida Nova, 1895, p. 220.

O epílogo da discussão mostra que a Teologia da Inclusão sobrepujou as atitudes reacionárias, superando-as. As condições não foram, como não podem ser, interpretadas de forma normativa, sob pena de trairmos o sentido pedagógico do texto que nos leva a uma progressiva libertação do preconceito e da visão legalista, hipócrita e conservadora. Daí que este momento também seja marcado pela alegria.

5. Atos 15,1-35 na visão de Gálatas 2,1-14

O texto de Gálatas 2 vai nos servir de espelho para Atos 15,1-35. Vamos apenas compará-lo com o relato da Assembléia de Jerusalém no livro de Atos. O objetivo é saber mais sobre a origem da Teologia da Inclusão e a sua repercussão nas comunidades primitivas. Paulo inclui Tito (um grego), que não precisou circuncidar-se (v. 1-3). Isto mostra que a preocupação principal era com a circuncisão e não com outros aspectos legais mencionados na Carta de Jerusalém.

Os legalistas são acusados de "falsos irmãos", traidores, que tentam tirar a liberdade e levar à escravidão. Este tipo de vocabulário confirma o caráter destrutivo da ação dos reacionários mencionada na carta (At 15,24). A isto podemos acrescentar a denúncia contra a hipocrisia de Pedro (v. 11-14). Reafirma o argumento da inclusão exposto no discurso de Pedro (sem atribuí-lo a ele), mostrando que essa teologia tinha vida própria: "Em Deus não há distinção de pessoas" (v. 6a). Pedro e Tiago são vistos como apóstolos dos circuncidados, o que confirma a idéia de ambos pertencerem ao grupo dos legalistas (v. 11). Indica que houve aprovação total da nova prática inclusiva e não se quebrou a comunhão e unidade da Igreja (v. 8-9). A única condição mencionada por Paulo é lembrar-se dos pobres (v. 10), omitindo os conselhos presentes na carta. Este novo conselho está em total acordo com a Teologia da Inclusão, estendendo-a às pessoas economicamente excluídas.

6. O que aconteceu com os conselhos apostólicos da Carta?

Trata-se, na realidade, de dois conselhos:

- A questão do consumo de carnes (sacrificadas aos ídolos ou com sangue);
- A questão da impureza ou imoralidade (*pornéia*).

Quando Paulo aborda esses temas tem como objetivo diferenciar as comunidades cristãs comprometidas com a inclusividade e com a liberdade das armadilhas dos cultos gregos e todas as formas de dominação (At 15,29a).

A questão de consumir ou não carne sacrificada, ou qualquer outro tipo de carne, em nada afeta a relação com Deus (1Cor 8,7-13; Rm 14,1-10). Portanto, o primeiro conselho tem validade apenas no cuidado de não confundir quem ainda não adquiriu maturidade teológica para compreender a liberdade cristã[9].

9. GAMELEIRA, Sebastião. *Reler Paulo. Desafio à Igreja*. Série "A Palavra na Vida", n. 13. "Poderia até comer carnes imoladas aos ídolos...1Cor 8–10. Que ousadia!"

A *pornéia*, nas cartas paulinas, é tratada também no contexto da idolatria e dos direitos da mulher, como veremos nos seguintes quadros:

O tratamento do termo "pornéia" e seus derivados no ambiente familia

	1 Cor 5,1-8	*1 Cor 7,1-7*
Pornéia (e derivações)	Imoralidade (conotação heterossexual sobre as relações de um filho com a sua mãe)	Imoralidade ou impureza (conotação heterossexual, casamento marido-esposa)
Outros conceitos comuns	Mulher v. 1..... Corpo v. 3..... Satanás v. 5.....	.....v. 1.2 .....v. 4 .....v. 5

A forma de tratar o tema demonstra a intenção de preservar os direitos das mulheres frente aos abusos e injustiças praticados por homens heterossexuais no exercício da sua sexualidade. Resulta difícil ver, aqui, alguns vestígios das recomendações de Tiago. Mas temos conselhos pastorais, cujo objetivo é a justiça para com as pessoas violentadas.

Tratamento do termo "pornéia" e seus derivados no ambiente religioso e comunitário

	1Cor 6,12-20	2Cor12,19-21	Gl 5,16-26	Ef 5,1-20	1Ts 4,1-6
Pornéia	**Impureza ou imoralidade** (relações com uma prostituta, v. 15)	**Impureza** (como desafio para superação de vícios anteriores, v. 21)	**Impureza ou prostituição** (no contexto da nova prática de vida cristã, v. 16)	**Impureza** (no contexto da nova prática da superação da forma de vida anterior, v. 8)	**Impureza** (na oposição às práticas pagãs, v. 5)
Outros conceitos comuns aos textos	"Não deixarei que nada me escravize", v. 12	"Alguém já pagou alto preço pelo vosso resgate", v. 20a	"Vocês foram chamados para a liberdade", v. 13		
	"de uma prostituta", v. 15	"vícios que antes praticavam", v. 21	"prostituição, idolatria, feitiçaria", v. 19-20	"que é idólatra", v. 5	"como os pagãos", v. 5
	"Corpo" v. 13.15-20				v. 4
	Espírito Santo, v. 19		v. 16.17.18.22.25	v. 18	v. 8
	Cristo / Senhor / Deus, v. 14-15.19		v. 24	v. 1.2.5.14.20	v. 1.2.3.5.7.8

Aqui o sentido é a superação das práticas sexuais ritualizadas e vinculadas ao culto às divindades gregas. A chamada "imoralidade sexual" sempre é tratada dentro do mesmo contexto, o da IDOLATRIA[10], a mesma que promovia a exclusão das pessoas mais pobres e todo tipo de desigualdades sociais[11].

O caso de Romanos 1,26-27

Do ponto de vista do significado literal, o texto apresenta algumas dificuldades especialmente no que se refere às mulheres que praticam relações "contra a natureza". O que exatamente significaria isto? De qualquer forma não parecem ser relações homossexuais mas algum tipo de prática heterossexual não procriativa. Por outro lado, parece ser mais clara a referência às praticas homossexuais masculinas (v. 27). O contexto (cf. v. 24 e 25) afirma o vínculo entre corpo e adoração idolátrica. Portanto, se o v. 27 for tomado como censura ao homossexualismo, fica claro que ela é vista no contexto das práticas idolátricas.

1 Coríntios 5,10-11 e 6,9-10

Temos aqui listas onde aparecem os "pornoi" ("imorais") junto com outros termos cujo significado não é muito claro, sendo que alguns deles estão relacionados com a sexualidade: "moichoi" ("adúlteros" – o que certamente se refere à heterossexualidade); "malakoi" (que pode ser traduzido por "os que se vestem com roupas finas", seguindo o sentido presente em Mt 11,8 e Lc 7,25; a tradução "efeminados", no entanto, demonstra um vício preconceituoso, já que o texto não faz nenhuma referência ao universo feminino); "arsenokoitai" (esta parece ser outra clara referência à homossexualidade masculina, pois a palavra é composta de "arsen", isto é, "macho" ou "varão", e "koite", isto é, "cama" ou "relação sexual"; seriam, então, os que mantêm relações sexuais com "varões"[12]. No entanto, no segundo item da lista aparecem os "idólatras". Lidas em conjunto, as listas podem ser antes uma descrição de tudo que o apóstolo e a comunidade observavam nos cultos pagãos: "imoralidades" (no contexto de rituais cultuais), adultérios (vinculados à prostituição cultual), exibição de luxo nas vestimentas (sinal de *status* das classes dominantes) e práticas homossexuais masculinas.

Juntando as coisas...

O apóstolo Paulo desconsiderou as recomendações relativas às carnes, que figuravam explicitamente na Carta de Jerusalém. Na prática inclusiva da Igreja, eram

10. *Theological Dictionary of the New Testament*. (Grand Rapids: W.M.B. Eerdmans Publishing Company, p. 110).

11. CARREZ, Maurice (*As Cartas de Paulo, Tiago, Pedro e Judas*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 79-80) menciona a forma de vida das cidades helenísticas em torno dos templos pagãos, onde havia diversos tipos de prostituição ritual em festas, praticados, de forma mais generalizada e dentro dos templos, pelas hieródulas. Esta prática ligada à embriaguez era chamada de "vida à corintiana".

12. Segundo J. BOSWELL, citado por SCROGGS (*op. cit.*), este termo se referiria à prostituição cultual masculina" e não à homossexualidade em si mesma" (p. 15).

uma questão de consciência e de liberdade. Mesmo em relação à imoralidade idolátrica, o apóstolo tem a mesma preocupação (cf. 1Cor 5,10; 6,9.12.20 e Gl 5,13). Sem dúvida, as circunstâncias históricas e a compreensão da sexualidade mudaram. Já não entendemos a homossexualidade como uma expressão de culto, mas integrada no universo da sexualidade humana. Sabemos que a ética sexual passa pelo amor, a justiça e o respeito pela dignidade de todo ser humano. No entanto, os princípios teológicos da inclusão permanecem com vigência desafiadora (At 15,8-10):

- Devemos admitir que a intimidade é estritamente pessoal, onde só Deus pode participar em comunhão com as pessoas. Pois só Deus é "conhecedor de corações".

- Devemos reconhecer que o Espírito Santo e a graça vêm sobre todas as pessoas, superando as barreiras da exclusão, inclusive na sexualidade humana.

- Não podemos fazer distinção de pessoas por serem homossexuais ou heterossexuais, já que isto não implica diretamente nenhum comportamento ético ou prática religiosa.

- Cargas impostas que atentam contra a integridade da vida humana são contrárias ao Evangelho e foram historicamente rejeitadas pela Igreja[13].

Os desafios do presente

Estamos caminhando lentamente e ainda praticamos teologias excludentes. Alguns entendem a homossexualidade como doença, evidenciando um grande preconceito e falta de amor e diálogo[14]. Outras pessoas tentam ser inclusivas, mas aplicam restrições absurdas e castradoras, como proibir a prática da sexualidade a pessoas homossexuais. Uma atitude que beira a hipocrisia por não haver controle possível sobre a intimidade e pelo fato de existirem, nas comunidades, pessoas homossexuais há muito tempo. A diferença é que, agora, estas pessoas querem ser reconhecidas como homossexuais.

Finalmente, o tema está aberto, e a discussão, assim como em Atos 15, se dá entre setores conservadores legalistas e pessoas que vivem e sonham com uma Igreja inclusiva que possa viver a alegria do diálogo e da partilha sem exclusão ou hipocrisia.

Humberto Maiztegui Gonçalves
Rua Manuel Maciel, 35
94410-280 Viamão, RS

13. CAVALCANTI, Robinson, afirma que "ninguém deve aceitar passivamente, resignadamente, um celibato imposto pelo sistema social e normativo vigente em sua cultura... Os sistemas injustos devem ser combatidos ou contornados com criatividade e bom senso" (*Libertação e Sexualidade, Instinto, Cultura e Revelação*. São Paulo: Temática Publicações, 1990, p. 131).

14. CAVALCANTI (*op. cit.*, p. 25): "Em nossos dias, em se tratando de sexualidade, a posição das igrejas, no geral, é baseada no paganismo, no medievalismo e na moral pequeno-burguesa, com uma roupagem e uma linguagem pretensamente bíblicas. A Bíblia aqui – como sempre – é 'lida' por uma ótica cultural, e cujo resultado ideológico, tornado posição oficial ou oficiosa, é imposto coercitivamente aos fiéis pelos mecanismos institucionais. Uma ótica institucional particular apresenta-se colada ao texto bíblico, como se fosse uma mensagem revelada natural e direta".